



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

Informativo

UNIÃO EUROPEIA

Edição 33 - Junho de 2016

twitter.com/SistemaCNA
facebook.com/canaldoprodutor
instagram.com/cna_brasil

www.cnabrasil.org.br
www.canaldoprodutor.tv.br

Brexit – o dia em que o Reino Unido votou pela saída da União Europeia

No último dia 23 de junho, o Reino Unido realizou um referendo e decidiu, com 52% dos votos, pela saída da União Europeia. Participaram da votação 46,5 milhões de pessoas, ou 72,2%, dos eleitores com direito a voto no referendo. O resultado, que levará ao rompimento de 43 anos de integração, surpreendeu não só a população do Reino Unido, mas o mundo inteiro, embora as pesquisas de opinião demonstrassem essa possibilidade. Na manhã seguinte à consulta, o primeiro-ministro britânico, David Cameron, comunicou que renunciará ao cargo em outubro.

O debate sobre o Brexit foi uma promessa do primeiro-ministro britânico, David Cameron, que se comprometeu a consultar a população sobre a permanência do país no bloco europeu, caso ganhasse as eleições. A pressão para que esse movimento se concretizasse foi grande. Em função disso o referendo foi realizado.

O resultado ainda precisa passar pelo parlamento britânico. Por enquanto, é incerto o que virá pela frente. Em primeiro lugar porque os políticos favoráveis à saída não possuem clareza sobre qual será o próximo passo. Pelas regras do Tratado de Lisboa, o país que deseja deixar o bloco

deve comunicar formalmente o Conselho da União Europeia. A partir daí será aplicado o artigo 50, única porta de saída da União Europeia, que abre um período de negociação de dois anos. O acordo de saída deve receber apoio incondicional dos outros 27 Estados-Membros que integram o bloco. Essa decisão só será conhecida, de fato, quando todos os procedimentos relacionados com a saída forem adotados.

A saída da UE afeta profundamente a economia do Reino Unido. Isso porque uma série de responsabilidades e benefícios do bloco serão revistos. Ainda é cedo para se prever um cenário definitivo. É preciso saber como a União Europeia e o Reino Unido acordarão os termos de saída, em especial como será o acesso comercial bilateral. Quase metade das exportações do país, 44%, tem como destino a UE.

Com relação aos impactos financeiros, vale lembrar que a libra esterlina, moeda do Reino Unido, chegou ao seu menor valor dos últimos 31 anos. As bolsas das principais economias mundiais reagiram negativamente. O Comissário inglês para a Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e Mercado de Capitais da Comissão Europeia, Jonathan

Hill, entregou sua carta de renúncia. Politicamente, a Escócia já declarou que pode partir para mais um referendo de independência do Reino Unido. Se isso ocorrer, pode ser seguida pela Irlanda do Norte.

Além disso, grupos políticos nacionalistas de outros países da União Europeia devem ganhar mais espaço para o seu discurso após o Brexit. Já há indícios de que a França, país que abriga muitos opositores ao bloco europeu, seja o próximo a realizar um referendo e pode ser seguido por outros membros.

Quatro dias após o resultado, o Parlamento Europeu se reuniu para uma sessão plenária extraordinária quando foram discutidos os próximos passos a serem seguidos. Em seu discurso, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, não só questionou deputados do Reino Unido sobre o que eles ainda estavam fazendo no Parlamento, fazendo em francês boa parte do seu pronunciamento aos parlamentares, numa demonstração das dificuldades que virão pela frente. O Parlamento Europeu tem 751 deputados, 73 deles são britânicos.

Impactos para o Brasil

Ainda é cedo para saber as implicações do Brexit para o país. Fora a instabilidade inicial das bolsas internacionais, no Brasil o impacto poderá demorar a ser sentido já que a saída não é imediata. A relação bilateral entre Brasil e Reino Unido é positiva em termos político, comercial e de cooperação. Poderá, ainda, ser aprofundada em um cenário de negociações diretas, sem restrições de outros países produtores europeus.

Será determinante para uma análise de

oportunidades se o Reino Unido manterá acesso preferencial ao mercado europeu. Uma vez consolidado os termos de saída será possível uma melhor análise quantitativa de oportunidades. Espera-se que a agropecuária brasileira possa ampliar sua presença no mercado do Reino Unido.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) divulgou nota afirmando ser impossível medir o impacto da medida para as exportações de

carne bovina brasileira até que as regras de acesso ao mercado britânico sejam esclarecidas. Na mesma nota, a Associação diz que a União Europeia criou barreiras restritivas ao comércio com o Brasil nos últimos anos, algumas delas injustificáveis. Por isso, “após a saída daquela nação do bloco europeu, uma negociação direta com o Reino Unido poderia ser facilitada, visando o incremento das exportações brasileiras de carne bovina.”

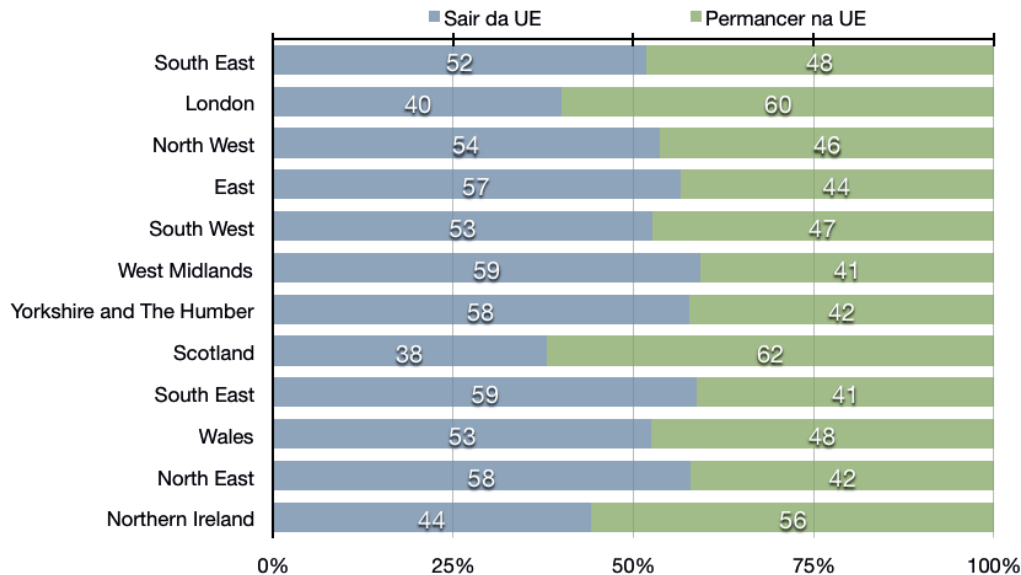
Como votou a população do Reino Unido

A vontade de 52% da população do Reino Unido, que votou pela saída da União Europeia, foi recebida como surpresa. Participaram da consulta 46,5 milhões

de pessoas, ou 72,2%, dos eleitores com direito a voto no referendo. Em quase todo o Reino Unido a votação ficou bastante dividida. Em Londres, Escócia

e Irlanda do Norte, a maioria dos eleitores optou pela permanência na União Europeia.

Resultado da votação por região



Fonte: BBC (Lord Ashcroft Polls)

Na Escócia, a maioria da população votou pela permanência. Assim como Londres e Irlanda do Norte. Os escoceses deixaram claro que não concordam com

o resultado. A primeira-ministra, Nicola Sturgeon, deseja realizar um referendo para consultar sobre a permanência do país no Reino Unido. Com o resultado do

Brexit, essa vontade se acentuou ainda mais.

Novos critérios europeus para definir o que são os desreguladores endócrinos

A Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia, apresentou sua proposta para definir e regulamentar os desreguladores endócrinos. Ao todo, dois regulamentos de execução foram apresentados. Um que define critérios para substâncias químicas encontradas nos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas e herbicidas, por exemplo), disponibilizadas no mercado e outro que contém os critérios para a utilização de produtos biocidas (encontrados nos produtos de limpeza).

Para identificar um desregulador endócrino será necessário o uso de provas científicas. Os critérios foram baseados nas definições da Organização Mundial da Saúde (OMS), que estabeleceu um desregulador endócrino como uma substância

capaz de provocar efeitos não desejados na saúde humana e desregularizar o sistema hormonal.

Desde 2013 a publicação dos critérios era aguardada. Agora, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia devem avaliar e aprovar as propostas para que elas entrem em vigor. Nesse intervalo, a Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA) e a Agência Europeia de Produtos Químicos (ECHA), iniciarão análises de substâncias aprovadas atualmente para identificar se são desreguladores endócrinos. A estimativa é que 26 substâncias ativas, 13 produtos químicos fungicidas e 9 herbicidas e inseticidas poderão ser identificadas a partir desses critérios e, conseqüentemente, proibidas, salvo em caso de exposição insignificante.

Ainda não se sabe ao certo o quanto as novas definições da Comissão Europeia irão impactar em perdas relativas ao comércio. A certeza que se tem até agora, porém, é de que haverá um impacto direto na produção agrícola do bloco e nas importações de produtos agrícolas de países terceiros, inclusive o Brasil. Isso porque, se for comprovada que algumas substâncias são desreguladores endócrinos, haverá a necessidade de mudança na produção de cereais, forragem, frutas e legumes, nozes e vinho. Haverá ainda redução dos níveis máximos de resíduos de pesticidas para a importação de produtos agrícolas como banana, frutas cítricas, café, ração animal e grãos, casos da soja e do milho.



A European Crop Protection (ECPA), que defende a proteção de cultivos do bloco, disse estar decepcionada com a decisão. Em um comunicado de imprensa, a ECPA avaliou que o critério adotado pela Comissão Europeia não faz distinção entre as substâncias causadoras de danos reais e aquelas que apresentam

ameaça à saúde humana. Além disso, considera contra-produtivo banir substâncias que auxiliam a produção agrícola no bloco. A EFSA defendeu ainda que as definições da OMS são de uma década atrás e que deveriam servir como ponto de partida, mas não são adequadas para definir uma regulamentação.

União Europeia autoriza importação de carne fresca de novos municípios do Mato Grosso do Sul

Desde o dia primeiro de julho, todo o estado do Mato Grosso do Sul está autorizado a exportar carne bovina in natura para a União Europeia. Até agora, apenas parte do estado estava habilitado para realizar embarques para o bloco. A autorização é voltada para os municípios de Corumbá e Ladário. Também foram contempladas as cidades localizadas a 15 quilômetros das fronteiras externas, ou seja, os municípios de Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia,

Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo.

A autorização foi publicada no Diário Oficial da União Europeia no dia 11 de junho, e ocorreu após uma inspeção europeia. Algumas províncias da Argentina também foram incluídas na autorização.

O Mato Grosso do Sul tem 20 milhões de cabeças de gado, é o quinto maior rebanho bovino do país. Em 2008, último ano em que estados brasileiros receberam autorização da União Europeia

para exportar, a região havia sido definida como de alta vigilância pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) desde 2011 a área é reconhecida como livre de febre aftosa com vacinação.

Até então, os estados de Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, além do restante do território de Mato Grosso do Sul exportavam para os países da União Europeia desde 2008.

Balança comercial do agronegócio europeu

As exportações agroalimentares da União Europeia somaram quase € 11 bilhões em abril deste ano, queda de 0,2% em relação a abril de 2015. Os aumentos mais

significativos, na comparação anual, foram para as exportações aos Estados Unidos e para a China, que compraram € 119 e € 86 milhões a mais. Entre maio de 2015 e abril

de 2016, a União Europeia exportou quase € 129 bilhões em produtos agrícolas, aumento de 2,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Exportações Agronegócio União Europeia (bilhões de euros)

	Maio 2014 a Abril 2015	Maio 2015 a Abril 2016	Abril 2015	Abril 2016
UE 28	125.035	128.592	11.194	10.983
Estados Unidos	17.423	19.929	1.604	1.723
China	8.395	10.829	966	1.051
Suíça	7.311	7.679	667	687
Rússia	7.362	5.554	452	464
Japão	5.280	5.368	456	458
Brasil	1.644	1.520	112	102

Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG-Agri)

Já as importações sofreram queda. Em abril deste ano foram importados € 9,4 bilhões, valor inferior aos € 10,2 bilhões importados em abril do ano passado. A maior queda foi registrada nas importações do Brasil e dos Estados Unidos. O Brasil vendeu à União Europeia

€ 1 bilhão em produtos do agro. No mesmo período do ano passado a importação foi de € 1,3 bilhão.

No comparativo anual, as importações de países terceiros somaram € 112 bilhões, aumento de 4,7% em relação

ao mesmo período do ano anterior. O valor das importações agro do Brasil foi 9,5% menor no período de um ano, ou seja, € 12,4 bilhões entre maio de 2015 e abril de 2016. No período anual anterior haviam sido importados € 13,7 bilhões.

Importações do Agronegócio pela União Europeia (em bilhões de euros)

	Maio 2014 a Abril 2015	Maio 2015 a Abril 2016	Abril 2015	Abril 2016
UE 28	107.434	112.468	10.190	9.476
Brasil	13.776	12.467	1.303	1.091
Estados Unidos	10.844	11.814	1.079	919
Argentina	5.418	5.977	485	417
China	4.855	5.118	380	384
Turquia	4.447	4.942	359	354

Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG-Agri)

A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural destacou as exportações da carne suína. A comercialização do produto, que, desde o embargo russo

em agosto de 2014, sofria variações com quedas nos preços e falta de mercado, voltou a se estabilizar. As exportações de carne suína da União Europeia aumen-

taram substancialmente ao longo deste ano, principalmente para a China, Filipinas e para Hong Kong.

Exportações de carne suína fresca, refrigerada e congelada (milhões de €)

Exportação	Maio 2014 a Abril 2015	Maio 2015 a Abril 2016	Abril 2015	Abril 2016
Carne suína fresca, refrigerada e congelada	3.781	4.363	285	477

Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG-Agri)

Consultas à Indonésia na OMC

Diplomatas da missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, realizaram em junho consultas à Indonésia sobre as práticas adotadas pelo governo indonésio que impedem a entrada de carne bovina brasileira. A disputa foi apresentada no Sistema de Soluções de Controvérsia da OMC em março deste ano. O governo brasileiro apresentou cerca de 200 questionamentos ao governo da Indonésia sobre as licenças para a importação àquele país. A Indonésia também foi questiona-

da a respeito do cumprimento do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, em inglês), sobre Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, em inglês) e sobre o Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, em inglês).

O pedido de consultas foi elaborado com o apoio da ABIEC. Desde 2009 o mercado da Indonésia está fechado para a carne brasileira. Naquele ano, a Suprema Corte indonésia impôs medidas restritivas após considerar inconstitucional o princípio

da regionalização, que é reconhecido no Acordo SPS da OMC. Desde então houve várias tentativas de negociação, que não resultaram na reabertura do mercado indonésio.

Segundo a Abiec, a Indonésia é um grande mercado consumidor, com uma população de 250 milhões de habitantes. A abertura do mercado poderia resultar na exportação de 30 mil toneladas de carnes por ano para aquele país.

Não ao cravo e ao milho OGM

Os deputados europeus votaram contra um projeto de execução da Comissão Europeia de colocar no mercado cravo geneticamente modificado (*Dianthus caryophyllus* L., linha SHD-27531-4), que é resistente ao herbicida sulfonilureia. Foram 430 votos contrários ao projeto de importação, distribuição e venda do produto, 188 favoráveis e 33 abstenções. De acordo com os deputados, a criação de um mercado para plantas resistentes à sulfoniluréia irá incentivar o uso mundial deste medicamento contra a diabetes como um "herbicida", implicando "efeitos

em todo o mundo prejudiciais sobre a biodiversidade e a contaminação química da água potável".

Os parlamentares também se opuseram à autorização de produtos que sejam constituídos ou produzidos a partir do milho geneticamente modificado Bt11 x MIR162 x MIR604 x GA21 resistente a herbicidas (incluindo glifosato), classificado como "provavelmente cancerígeno" pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Foram 426 votos contrários, 202 favoráveis e 33 abstenções.

Os deputados salientaram que a Comissão tem tomado decisões sem maioria qualificada dos Estados-Membros. Vale lembrar que em outubro do ano passado foi rejeitada a proposta da Comissão Europeia para que os Estados-Membros tivessem autonomia para decidir sobre a importação de produtos OGMs. Na época, a alegação foi de que a lei se tornaria impraticável na medida em que poderia levar a reintrodução de medidas de controlos nas fronteiras entre países pró e contra OGMs.

Comissão Europeia estende medidas para frutas e vegetais

Os produtores europeus de frutas e hortaliças ganharam mais um ano de apoio para enfrentar a crise do setor, iniciada desde o embargo Russo em 2014. Em junho, a Comissão Europeia estendeu medidas de ajuda que iriam expirar no final do mês de junho. Desde 2014, o executivo europeu investe nesse tipo de ação com o objetivo de aliviar as pressões do mercado para os principais grupos de frutas e legumes.

A extensão contempla a retirada de produtos para distribuição gratuita a instituições de caridade, além de outros fins, como o uso na composição de ração animal. Os produtos abrangidos são tomates, cenouras, couves, pimentões, couve-flor, brócolis, pepino e cogumelos. Em relação às frutas, a ajuda se estende a maçãs, pêras, ameixas, uvas, laranjas, tangerinas, limões, bergamotas, pêssegos, cerejas e caquis, as duas últimas introduzidas na lista no ano passado.

Os volumes a que cada país tem direito estão baseados numa média das exportações à Rússia nos três anos anteriores à proibição, com uma quantidade adicional de até três mil toneladas para todos os Estados-Membros. Até 31 de maio deste ano, segundo a Comissão Europeia, mais de 323 mil toneladas de frutas e verduras foram retiradas do mercado. O custo estimado para a Comissão Europeia foi de € 112 milhões. 🌿